



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA
DIVISÃO DE EXECUÇÃO E CENTRAL DE MANDADOS DE ARARAQUARA

No período de 31 de julho a 2 de agosto de 2019, a Excelentíssima Vice-Corregedora Regional, Desembargadora **MARIA MADALENA DE OLIVEIRA**, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária na Unidade, conforme Edital CR nº 5/2019, divulgado em 3/5/2019 no DEJT (Edição 2714/2019 – Caderno do TRT da 15ª Região – página 1586). Presente a MMª Juíza Coordenadora da Divisão de Execução **MÔNICA RODRIGUES CARVALHO ROSSI**. Com base nas informações prestadas pela Chefe de Divisão e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, com relação à Divisão de Execução, inclusive quanto às atividades desenvolvidas ainda na estrutura da Coordenadoria de Integrada de Atividades Administrativas, Judiciais e Central de Mandados – CIA – e a Central de Mandados do fórum de Araraquara, o seguinte:

Equipe de Correição: Luís Cláudio da Silva, Suely Suzuki

Jurisdição de atuação: Araraquara, Matão, Mococa, Pirassununga, Porto
(Provimento GP-CR nº 4/2018) Ferreira, São Carlos, São José do Rio Pardo.

Data da Última Correição: 17/7/2018 (ainda na estrutura da Coordenadoria Integrada de Atividades Administrativas, Judiciais e Central de Mandados – CIA)

1. ESTRUTURA FUNCIONAL:

(fonte: Assessoria de Apoio aos Magistrados e Divisão de Execução)

JUÍZA DIRETORA DO FÓRUM



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



ANA LÚCIA COGO CASARI CASTANHO FERREIRA

MMa JUÍZA COORDENADORA da D.E.	DATA DE DESIGNAÇÃO
MÔNICA RODRIGUES CARVALHO ROSSI	1º/7/2019

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
25/06/2019 a 28/06/2019	Afastamento – falecimento
10/04/2019 a 09/05/2019	Férias
21/03/2019 a 21/03/2019	Plantão judiciário compensação
30/07/2018 a 28/08/2018	Férias

2. QUADRO DE SERVIDORES:

(fonte: Coordenadoria de Provimento e Vacância)

2.1 Lotação

a) Central de Mandados:

NOME	CARGO	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO*
Maria Sílvia Tidei Amaral	OJAF	5/6/2018
Milena Gabriela Verdugo (REM)	OJAF	5/6/2018
Paulo Henrique Pires	OJAF	5/6/2018
Sílvia Helena Pereira Reiff	OJAF	5/6/2018
Sílvia Regina Bragato Marques Almeida	OJAF	3/6/2019
Thiago Ferreira Neves Bocuto	OJAF	5/6/2018
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO		6
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO		-
<i>Previsão na Portaria GP nº 20/2018</i>		6

OJAF – Analista Judiciário – Oficial de Justiça Avaliador Federal



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



b) Divisão de Execução:

NOME	CARGO	FUNÇÃO	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO*
Elaine Lilian Vaccari	TJA	CJ-01 chefe de divisão	11/3/2019
Marly Tolino	TJA	-	5/6/2018
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			2
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			-
<i>Previsão na Portaria GP nº 20/2018</i>			2

2.2 Ausências, exceto férias [07/2018 a 06/2019]:

(fonte: Serviço de Registros Funcionais e Frequência)

a) Central de Mandados:

MOTIVO	DIAS
Licença para tratamento da própria saúde	30
Participação em curso ministrado pelo TRT	5
Total:	35

b) Divisão de Execução:

MOTIVO	DIAS
Licença para tratamento da própria saúde	9
Licença luto	3
TOTAL	12

2.3 – Estagiários [23/7/2019]:

(fonte: Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

Não há estagiários.

2.4 – Ações de capacitação [07/2018 a 06/2019]

(metas 15 do CNJ e 30, 31 e 32 do TRT-15):

(fonte: Seção de Capacitação de Servidores)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



a) Central de Mandados:

SERVIDORES	HORAS
Maria Sílvia Tidei Amaral	85
Milena Gabriela Verdugo	7
Paulo Henrique Pires	155
Sílvia Helena Pereira Reiff	57
Thiago Ferreira Neves Bocuto	811
TOTAL	1115

b) Divisão de Execução:

SERVIDORES	HORAS
Elaine Lilian Vaccari	174
Marly Tolino	14
TOTAL	

3. MOVIMENTAÇÃO DA CENTRAL DE MANDADOS:

(fonte: Divisão de Execução em 16/7/2019)

3.1 Diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça (SAP1G):

UNIDADE	QUANTIDADE	RECEBIDO NA CENTRAL EM
1ª VARA	0	-
2ª VARA	0	-
3ª VARA	0	-
4ª VARA	0	-
TOTAL	0	-

3.2 Diligências pendentes de cumprimento (com prazo vencido) (SAP1G):

Não há.

3.3 Diligências pendentes de distribuição aos Oficiais de Justiça (PJ-e):



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



UNIDADE	QUANTIDADE	RECEBIDO NA CENTRAL EM
1ª VARA	0	-
2ª VARA	0	-
3ª VARA	0	-
4ª VARA	0	-
TOTAL	0	-

3.4 Diligências pendentes de cumprimento (com prazo vencido) (PJ-e):

Não há.

4. INVESTIGAÇÃO PATRIMONIAL – GRANDES DEVEDORES

a) Relação de Investigação Patrimonial em andamento:

NÚMERO DO PROCESSO NO SISTEMA EXE15	QUANTIDADE DE EXEQUENTES	VALOR DA EXECUÇÃO (R\$)
03/2018	14	290.341,38
04/2018	11	1.132.245,50
05/2018	12	464.176,67
07/2018	14	301.685,82
09/2018	12	170.013,34
11/2018	18	1.693.217,76
13/2018	20	235.919,64
01/2019	16	1.175.947,86
02/2019	9	150.000,00
03/2019	27	93.184,11
04/2019	9	59.351,75
05/2019	8	86.273,77
06/2019	13	179.633,07
07/2019	36	835.543,79
08/2019	27	620.092,59
09/2019	32	1.383.069,68
10/2019	28	300.628,94



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



11/2019	55	1.444.682,19
12/2019	41	1.751.964,75
TOTAL	402	12.367.972,61

b) Investigações Patrimoniais FINALIZADAS no ano com resultado INTEGRALMENTE POSITIVO:

NÚMERO DO PROCESSO NO SISTEMA EXE15	QUANTIDADE DE EXEQUENTES	VALOR DA EXECUÇÃO (R\$)	VALOR PATRIMÔNIO ENCONTRADO (R\$)
01/2018	44	1.820.000,00	2.000.000,00
06/2018	13	534.164,93	800.000,00
TOTAL	57	2.354.164,93	2.800.000,00

c) Investigações Patrimoniais FINALIZADAS no ano com resultado PARCIALMENTE POSITIVO:

Não há.

d) Investigações Patrimoniais FINALIZADAS no ano com resultado FRUSTRADO:

NÚMERO DO PROCESSO NO SISTEMA EXE15	QUANTIDADE DE EXEQUENTES	VALOR DA EXECUÇÃO (R\$)
02/2018	38	1.043.752,17
06/2018	13	534.164,93
08/2018	11	184.197,45
10/2018	10	35.803,81
12/2018	9	170.212,50
TOTAL	81	1.968.130,86

e) Valores arrecadados decorrentes de execuções RESOLVIDAS pela investigação Patrimonial no ano:

Não há.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



5. PROCESSOS REUNIDOS [Boletim de Produtividade]

(fonte: Divisão de Execução e Central de Mandados de Araraquara)

5.1 – Processos Pilotos em execução conduzidos pela DE (todos os processos em trâmite):

Não há.

5.2 – Processos reunidos nas Varas do trabalho por iniciativa/sugestão da DE:

NÚMERO DO PROCESSO	UNIDADE DE ORIGEM	QUANTIDADE DE EXECUÇÕES REUNIDAS	QUANTIDADE DE EXEQUENTES	VALOR DA EXECUÇÃO (R\$)
0001667-38.2012.5.15.0008	1ª VT São Carlos	5	5	336.949,76
TOTAL	-	5	5	336.949,76

6. MOVIMENTAÇÃO DE HASTA PÚBLICA

(fonte: Divisão de Execução)

a) Hastas Públicas realizadas:

IDENTIFICAÇÃO DA HASTA	QTDE DE PROCESSOS INCLUÍDOS EM HASTA	QTDE DE BENS INCLUÍDOS EM HASTA	VALOR TOTAL DOS BENS INCLUÍDOS (R\$)	% QUANT. BENS ARREMATADOS	% VALOR BENS ARREMATADOS
01/2018 (17/9/2018)	19	41 (100%)	14.360.447,11	31,71	21,52
02/2018	52	73 (82,02%)	16.159.673,92	28,77	8,83



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



(12/11/2018)					
01/2019 (26/2/2019)	26	49 (89,09%)	3.361.942,50	67,35	23,45
02/2019 (24/4/2019)	41	58 (82,86%)	10.702.200,72	31,03	10,97
03/2019 (3/6/2019)	41	40 (78,43%)	18.183.660,72	17,50	3,50
4/2019 (13/8/2019)	36	-	-	-	-
5/2019 (19/9/2019)	39	-	-	-	-
TOTAL	254	-	62.767.924,97	-	-

b) Varas da área de atuação da Divisão de Execução que não incluíram processos em Hasta Pública durante o ano correccionado:

UNIDADE
Hasta 1/2018: VT de Matão e Pirassununga
Hasta 2/2018: VT de Matão
Hasta 1/2019: VT de Matão, Pirassununga e Porto Ferreira
Hasta 2/2019: VT de Matão
Hasta 3/2019: VT de Mococa
Hasta 4/2019: VT de Matão, 1ª e 2ª VT de São Carlos
Hasta 5/2019: VT de Matão e Pirassununga

7. ANÁLISE REALIZADA NO PLANO DE ENGAJAMENTO COLETIVO

A chefe da unidade apresenta a divisão de execução e, em termos sucintos, o seu Plano de Engajamento Coletivo (PEC) a Sua Excelência a Vice-Corregedora Regional, na presença dos senhores magistrados e de toda a equipe.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Na oportunidade, a Sua Excelência a Vice-Corregedora Regional fez minudente apreciação das ações propostas e concluiu que a equipe realizou uma análise completa e minuciosa da Unidade, bem como atendeu ao normativo plenamente.

Com relação ao saneamento do sistema EXE15, acertadamente constou a intensificação das solicitações para as unidades abrangidas, com estipulação de prazos e verificação do atendimento delas.

No tocante à meta de reunião do artigo 16 do Provimento GP-CR nº 004/2018, o PEC noticia o envio de correspondência eletrônica, no último 15 de julho, para que as unidades abrangidas por esta D.E. manifestem seus interesses e anuência dos respectivos magistrados para promover a reunião e tramitação com concentração de atos. Aponta como dificuldade para atingir a meta, a ausência de manifestação das unidades, ao menos, até a data de envio do PEC e, além disso, a necessidade de capacitação e a exiguidade do tempo para cumprimento. Diante disso, acertadamente, ao menos, intensificará a identificação de processos passíveis de reunião, na forma do artigo 15 do mesmo Provimento.

Consta do PEC, a destinação do período da manhã, dos dias 1 a 19 de cada mês, para atuar nos processos de investigação patrimonial, enquanto a instauração de novos processos, de 20 ao último dia do mês, partirá dos relatórios de grandes devedores, analisando-os para seleção dos processos com execução frustrada. Aponta a dificuldade em destacar um Oficial de Justiça Avaliador para auxiliar na pesquisa patrimonial avançada, haja vista a falta de disponibilidade frente à vasta abrangência da circunscrição de Araraquara. No aspecto, a Corregedoria recomenda que o cumprimento da meta de abertura de novos processos observe sobretudo o efetivo andamento de todos aqueles processos já instaurados para o fim de garantir a execução.

Quanto à meta relativa à realização bimestral de hastas públicas, indica êxito no cumprimento. E, se diante da redução de liberação de bens pelas unidades, atuará no sentido de contatá-las, a fim de manter o cumprimento da meta.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



No tocante ao cumprimento de mandados judiciais, a Central de Mandados tem atuação exitosa, sem quaisquer pendências de distribuição ou de cumprimento. Ademais, consta do PEC que os Oficiais de Justiça têm sido orientados a observar a padronização dos registros no sistema EXE15, bem como a indicar aos executados a possibilidade de transigir para por fim à lide e tornar célere a Justiça. Indica ainda a possibilidade de revisão do zoneamento para distribuição de mandados, se diante da redução da força de trabalho.

Constata-se assim que a elaboração do PEC, bem como seu desenvolvimento, seguem no curso do Plano de Metas a ser encaminhado ao Núcleo de Pesquisa Patrimonial da Corregedoria, por meio do Relatório de Produtividade Trimestral, nos termos do artigo 24 do Provimento GP-CR nº 04/2018.

Na sequência, foram apresentados à unidade os resultados da pesquisa realizada conforme a OS nº 14/2018 – CR, e foi realizada a oficina da *Wiki* Nacional (Fluxo Nacional – JT), ferramenta indicada pela Corregedoria para treinamento e capacitação da equipe.

8. VISITAS E ATENDIMENTOS:

Registram-se as visitas do Presidente da OAB local Tiago Romano, OAB nº 231.154/SP, dos advogados Mariana Cristina Duque, OAB nº 403.47/SP e Yuri Tramontano de Souza, OAB nº 325.465/SP. Os presentes apresentam pauta de reivindicações, dentre as quais:

- pauta de audiências. Foi dito pela Vice-Corregedora Regional que o pleito é encaminhado, mas que entende que a pauta é do juiz e apenas excepcionalmente cabe intervenção.
- pleitos que dizem respeito a atividades jurisdicionais: não cabem à Corregedoria nelas se imiscuir.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



- exigência de apresentação de cálculos pelo PJe-Calc. Está correto que as ferramentas técnicas PJe-Calc e PJe-Calc "cidadão" (<http://portal.trt15.jus.br/pje-calc-cidadao>) sejam expressamente mencionadas nos despachos que impulsionam a liquidação das sentenças, a fim de fomentar a utilização deles, conforme artigo 34 do Provimento GP-VPJ-CR nº 05/2012, alterado pelo Provimento GP-VPJ-CR nº 01/2017, e cuja obrigatoriedade de juntada por tais meios se dará a partir de 1º de janeiro de 2020, na forma do § 6º do artigo 22 da Resolução CSJT nº 241/2019.
- assinatura e liberação da ata de audiência ao seu término. A Corregedoria recomenda que, encerrada a audiência, a ata seja salva e, ato contínuo, enviada ao Pje, para assinatura do Magistrado ao término das audiências do dia, na forma da Recomendação CR nº 08/2017 que ressalva a necessidade da rotina diária em despachos e decisões.

9. OBSERVAÇÕES GERAIS

9.1 – Foi informado pela Chefe de Divisão que o edital de Correição foi afixado no átrio do Fórum e publicado em jornal local e que foram expedidos ofícios às OAB da jurisdição.

9.2 – Sem prejuízo de eventuais prazos específicos fixados nesta Ata, determina-se a manifestação da Chefe de Divisão, demonstrando a análise do inteiro teor da Ata e as medidas concretas eventualmente adotadas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação. Esclarece-se ainda que a manifestação deve ocorrer no PROAD, mediante funcionalidade “Fazer Pedido Complementar” no PP nº 4095/2016.

10. ENCERRAMENTO

No dia 02 de agosto de 2019, às 17 horas, encerraram-se os trabalhos, e eu, Suely Suzuki, Coordenadora de Apoio à Vice-Corregedora Regional, lavrei a presente ata que,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



depois de lida, vai assinada eletronicamente pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal na internet.